

NAS TRILHAS DAS MULHERES NEGRAS: O SILÊNCIO DOS ARQUIVOS NA REGIÃO DO VALE DO PARAÓPEBA – MG¹

Amauri Carlos Ferreira²
Lilian Cristina Bernardo Gomes³
Soraia Aparecida Belton Ferreira⁴

1 INTRODUÇÃO

Um dos maiores desafios para a pesquisa sobre mulheres negras é o silêncio dos arquivos. É possível perceber, mesmo quando os arquivos deixam a imagem das mulheres negras aparecerem, através das representações dos museus históricos brasileiros, que o povo negro e indígena não aparece como agentes do processo histórico, com resistências e lutas, mas, frequentemente, como escravizados/as (BARBOSA, 2018).

¹ Texto aprovado para apresentação no XVIII Simpósio Nacional da ABHR – Concrer 2022, no Simpósio Temático 05 – Religião e Gênero, que ocorreu no dia 16 de novembro de 2022.

² Doutor em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo (Umesp), com pós-doutorado em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mestre em Ciências da Religião pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Graduado em Filosofia. Professor de Filosofia no Programa de Pós-graduação em Educação e do curso de Pedagogia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) e professor do Instituto Santo Tomás de Aquino (Ista). mitolog@pucminas.br

³ Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) com Pós-doutorado em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais e também no Centro de Estudos Sociais em Portugal (CES/PT). Mestre em Ciência Política pela UFMG. Especialista em História do Brasil pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Graduada em História pelo Centro Universitário de Brasília no Centro de Estudos Sociais em Portugal (CES/PT). Professora de História do Instituto Santo Tomás de Aquino. lili.c.b.gomes@gmail.com

⁴ Doutora em Educação (PUC Minas), com pós-doutorado em Ensino pela PUC Minas, Mestrado em Educação (Unincor); Especialização em Filosofia Contemporânea (PUC Minas) e Filosofia Clínica (Instituto Packter), Graduação em Filosofia e Serviço Social (PUC Minas). Professora de Filosofia na Faculdade UNIMED e do Colégio Centro Educacional Mineiro. soraiabelton@gmail.com

Quando se intersecciona raça e campo de produção simbólica, esse silêncio fica ainda mais grave (BRITTO, 2016). Ele legitima a “imagem colonizadora da mulher branca sobre a imagem colonizada da mulher negra” (SILVA, 2016, p. 182). Dar visibilidade às mulheres não é uma tarefa fácil e tal cenário fica ainda mais complexo quando essas mulheres são negras e estão sob o domínio religioso. Os arquivos confirmam o anonimato e atestam uma dominação que nomeamos, devido ao contexto em que se encontram, como eclesiástica.

Das fontes primárias de onde emergem as narrativas históricas, há hiatos e deficiências nos registros dos documentos, o que desestimula pesquisadores que acabam, por vezes, se contentando com dados secundários ou com as micronarrativas da história que escutam as vozes que não foram ouvidas ao longo do tempo, e, por isso, têm sua importância na atualidade. No entanto, há a necessidade de aproximação do evento para procurar narrá-lo.

Esse movimento é o que abre possibilidades de compreensão do presente. É fundamental buscar nas fontes primárias a configuração do fato. Portanto, é preciso procurar narrá-lo de tal maneira que ofereça abordagens sobre determinados eventos. Esse é um dos caminhos possíveis da existência de outras narrativas. É o caminho da história imbricado nas ciências sociais e, particularmente, nas ciências da religião.

O tema dessa pesquisa envolve mulheres negras e sua relação com a religião católica no século XIX e início do século XX em uma região do estado de Minas Gerais chamada Vale do Paraopeba. Os documentos dessa região se encontram na casa de cultura de Bonfim-MG e estão em processo de organização, catalogação e higienização⁵.

Nesse escrito, apresentaremos parcialmente o resultado dessa pesquisa tendo como foco três testamentos de padres com filhos, na segunda metade do século XIX, um documento que atesta a existência de um colégio de clientela mista que teve por direção uma mulher negra no início do século XX e também, o que encontramos nos arquivos sobre as mulheres negras. O que há de comum nessas pesquisas? Qual o sentido dessa narrativa histórica? Para responder a essas perguntas, um silêncio dos documentos se impõe e conduz ao itinerário de mulheres negras.

⁵ Esse processo está em andamento a partir de um dos objetivos do projeto financiado pela Fapemig – (APQ 02088-2) no período de 2022-2025, intitulado Patrimônio Histórico de Bonfim-MG: Construção do Imaginário Religioso e Educacional Mineiro no Médio Vale do Paraopeba (MG). Coordenado pelo professor Dr. Amauri Carlos Ferreira. Participação de dois bolsistas e dos pesquisadores: Dra. Lilian Cristina Bernardo Gomes e Dra. Soraia Aparecida Belton Ferreira.

2 METODOLOGIA

O presente ilumina o passado
(W. Benjamin)

Nas pesquisas contemporâneas sobre mulheres e sua importância para a discussão sobre o feminino, há um cenário de invisibilidade atestado por Michele Perrot e outros(as) pesquisadores (as) em seus estudos, tendo em vista as lacunas em contextos históricos e no silêncio dos arquivos.

Sair do silêncio na proposta ousada de Michelet Perrot (2017) é configurar uma escrita, ou seja, “escrever a história das mulheres é sair do silêncio em que elas estavam confinadas”. (PERROT, 2017, p. 16). Tal abordagem abriu um caminho teórico metodológico para pesquisas que envolvem o feminino confirmando o silêncio dos arquivos e ao mesmo tempo indicando que apesar da ausência de registros é possível compor uma história a partir de seus fragmentos.

Em diferentes pesquisas inscritas no tempo histórico, Lélia Gonzales (2020), ao se ater ao feminismo afro latino americano – amefricanidades – e na situação da mulher negra a partir dos estudos da década de 1960, atesta a injustiça na qual sua força de trabalho é submetida. Gonzalez (1982; 1983, 2022) antes mesmo de Kimberlé Crenshaw (1989) já apontada para a interseccionalidade entre as formas de subalternização das mulheres negras que são atravessadas pelas desigualdades de raça, gênero e classe. Gonzalez (1988) afirma que,

o duplo caráter da sua condição biológica – racial e sexual – faz com que elas sejam as mulheres mais oprimidas e exploradas de uma região de capitalismo patriarcal-racista dependente. Justamente porque este sistema transforma as diferenças em desigualdades, a discriminação que elas sofrem assume um caráter triplo, dada sua posição de classe, ameríndias e amefricanas fazem parte, na sua grande maioria, do proletariado afro-latinoamericano. (GONZALEZ 1988, p. 17).

Portanto, o referido capitalismo patriarcal-racista dependente, mencionado por Gonzalez, aponta para o lugar que estava destinado às mulheres negras em seu anonimato e na exploração da força de trabalho, em seu caráter sexista e machista.

Há em geral objetos distintos nas pesquisas sobre mulheres brancas e mulheres negras. Tal perspectiva tem apontado para a importância de pesquisas sobre a história das mulheres negras em caminhos que se estruturaram, ao longo do tempo, em uma produção de desigualdades, racismos, preconceitos, anonimatos dentre outros aspectos da histórica e estrutural subalternização delas.

O que a história tem nos dito e proporcionado lançar o olhar é que ser mulher e negra tem uma origem histórica que se inscreve no campo da educação e da religião. A escravidão produziu uma dominação eclesiástica dos corpos negros. Para evidenciar esse evento ocorre a necessidade de ir às fontes e perceber o silêncio imposto às mulheres e esculpir, à medida do possível, seu protagonismo.

Ao escolher o campo da dominação religiosa, estamos indo às fontes primárias de uma região mineira, evidenciando o descaso com a documentação e o silêncio dos arquivos. O registro se impõe e a interpretação do contexto demanda narrativa, tendo em vista pistas deixadas em registros dispersos.

Proporcionar a saída da invisibilidade para as mulheres é encontrar um silêncio público sobre elas, tendo em vista os lugares que elas ocupavam/ocupam. Para Michelle Perrot (2017),

elas atuam em família, confinadas em casa. São invisíveis. Em muitas sociedades, a invisibilidade e o silêncio das mulheres fazem parte da ordem das coisas. É a garantia de uma cidade tranquila, Sua aparição em grupo causa medo... Mas na história pouco se fala delas. Razão do silêncio: o silêncio das fontes. As mulheres deixam poucos vestígios diretos, escritos ou materiais. Seu acesso à escrita foi tardio. Suas produções domésticas são rapidamente consumidas, ou mais facilmente dispersas. São elas mesmas que destroem, apagam esses vestígios porque julgam sem interesse. Afinal elas são mulheres, cuja vida não conta muito... Quanto aos observadores, ou aos cronistas, em sua grande maioria masculinos, a atenção que dispensam às mulheres é reduzida ou ditada em estereótipos. falam das mulheres, mas generalizando, as mulheres são. A mulher é... O mesmo ocorre com as imagens. Produzida pelos homens, elas nos dizem mais sobre seus sonhos ou os medos dos artistas, em vez de serem descritas ou contadas...Mas o silêncio mais profundo é o do relato. (PERROT, 2017, p. 17).

Sobre as mulheres negras, há a necessidade de evidenciar outros lugares cuja invisibilidade permanece de forma distinta e desigual. De modo geral, elas são exploradas sexualmente, com salários diferenciados e com olhar estético pautado na exclusão. Elas vão sendo reconhecidas em espaços culinários, em danças religiosas e sazonais na distinção nas formas do corpo, nos tons de pele que apontam sua distinção como elemento exótico e/ou fora do padrão instituído pela branquitude. (CARVALHO, 2017).

Tomar a palavra do masculino para dizer quem são configura uma complexidade. Para as mulheres negras, essa tomada da palavra configura-se como a resistência e a insistência em existir, mesmo com toda a dificuldade do silêncio das fontes. Daí, é preciso narrar sobre elas e escutar os documentos nessa deficiência dos registros.

Ocorre a necessidade de ir ao encontro de fontes primárias para visibilizar o que está em silêncio. Ir ao encontro das fontes cuja organização, higienização e catalogação são quase inexistentes. É preciso apresentar o descaso com a história regional e local.

No entanto, a persistência da história e a necessidade de narrativas sobre essas pistas encontradas somam a esse processo de compreensão do presente buscando pistas no passado. Saber sobre o Vale do Paraopeba é ir ao encontro de documentos inéditos na Casa de Cultura de Bonfim-MG e garimpar em seus arquivos criminais fontes de conhecimento da vida privada e de jornais de época que atestam a vida pública.

3 DO PARAPEBA AOS ARQUIVOS DA CASA DE CULTURA DE BONFIM-MG

Na região das Minas Gerais encontra-se um vale cortado pelo rio Paraopeba. “O significado do nome Paraopeba origina-se da língua tupi-guarani e, traduzido para o português, descreve as características das próprias águas do *Pará* - rio grande, volumoso; *peba* de cor vermelha barrenta.” (TULIO, 2015, p. 68). Conforme Godoy (2004), o curso do rio foi dividido em três partes: superior, médio e inferior. O Médio Paraopeba é o que nos interessa, tendo em vista que em seus limites estão os municípios de Moeda, Belo Vale, Bonfim, Crucilândia e Itatiaiuçu.

A região do vale do Paraopeba, por fazer parte do quadrilátero ferrífero, sem nenhuma referência às atividades mineradoras, tornou-se importante pela atividade agropastoril. Em termos de população, no ano de 1836, Bonfim era o terceiro povoado mais populoso do distrito de Congonhas do Campo, conforme aponta Ferreira (2014, p. 40): “São Brás do Suaçuí tinha 1618 habitantes e Brumadinho com 1235 habitantes. A sede do Distrito de Congonhas contava com 134 casas e 112 habitantes, o arraial de Bonfim contava com 158 casas e 1216 habitantes”.

Na cidade de Bonfim-MG, em sua Casa de Cultura, encontra-se o acervo da região com um considerável acervo de documentos inéditos. Para Tizoco (2017), os processos como compras, vendas, empréstimos, alforrias, entre outros foram, paulatinamente, deixando de ser regidos meramente por acordos verbais ou firmados entre particulares para terem vigência legal unicamente quando registrados publicamente em cartório⁶. Com

⁶ Embora a legislação vigente no período não especificasse, de forma clara, o caráter público das atividades notariais, o Livro 1º das Ordenações Filipinas em seus títulos 80 e 94 assim o sugeria. Além disso, em 1870, Candido Mendes de Almeida, advogado na Corte, observou que “entre nós o tabelião era, e ainda é, o empregado público encarregado de lavrar os contratos entre particulares, e diferentes atos judiciais, a que por utilidade pública a lei presta fé e considera sua interferência como prova de tais atos. [...] É o governo

o advento da República e a separação entre Igreja e Estado, a atividade de registrar nascimentos, casamentos e óbitos também passa a ser incumbência do Estado, por meio dos cartórios de registro civil.

No ano de 2017, Ulisses Tizoco faz um diagnóstico dos documentos e aponta que eles foram recolhidos em 1997 ao Arquivo Público Municipal de Bonfim (APMB), que se tornou o único responsável legal pela guarda, conservação e disponibilização deles.

Os documentos, foram armazenados em cerca de 50 caixas do tipo poliondas de forma aleatória, juntamente com outros documentos que não se encontravam em bom estado de conservação e não passaram por nenhum tipo de catalogação, diferentemente dos processos cíveis e criminais do 1º e 2º ofícios que se encontram disponíveis para consulta na instituição. Dessa forma, muitos documentos, que já chegaram ao arquivo em mal estado de conservação, tiveram seu estado de deterioração acentuado pelas condições inadequadas nas quais ainda hoje se encontram acondicionados. (TIZOCO,2017, p.4).

Encontramos até o momento nesse arquivo, com todos os problemas de conservação, três testamentos de padres que tiveram filhos na segunda metade do século XIX, o que nos levou a procurar por mulheres negras nesse período. Encontramos também um documento do início do século XX de uma mulher negra que dirigiu uma escola mista. Desse modo, estamos tentando percorrer, através do silêncio dos arquivos, as trilhas dessas mulheres negras na vida privada e pública.

4 DOS RESULTADOS

De forma parcial, no percurso desses documentos, apresentamos duas comunicações⁷, quais sejam: “Nas trilhas do feminino negro: história e memória de um colégio em Minas Gerais”, apresentado no XIV Congresso do Chiela, em Portugal - Congresso Ibero-americano de História da Educação em 2021; e “A dominação eclesiástica de corpos negros na formação do imaginário mineiro a caminho do racismo religioso”, apresentado em 2020 no primeiro simpósio internacional sobre catolicismo mineiro.

geral quem os nomeia mediante um concurso, menos na província de Minas Gerais, onde uma lei peculiar, ainda não revogada, confere este direito ao Presidente da Província. [...] Por escritura se entende todo o ato ou instrumento público ou particular. Concorrendo funcionário público para lavrá-las, elas se tornam públicas e autênticas.” (ALMEIDA, 1870, p. 179-180).

⁷ Essas comunicações estão publicadas nos anais dos eventos . https://citcem.org/documents/events/E-BOOK_Resumos_Revisyo_Final.pdf
https://f1acd0fc-9f5b-45d7-8fe6-c54f6ffc8a64.filesusr.com/ugd/4c5e85_b294ede821984d9b9194e48b1b75b32a.pdf

Nessas duas pesquisas, o que nos chamou a atenção foi o silêncio dos arquivos para pensar a vida pública e privada das mulheres negras. Na primeira pesquisa, a configuração da participação na vida pública envolve a educação na região de Bonfim, atesta a existência de um colégio de primeiras letras de formação mista, coordenado por uma mulher negra: Adelaide Trigueiro.

A partir das pistas do documento, jornais de época e da história oral de três ex-estudantes do colégio, foi possível obter alguns registros apontando itinerários relativos a tal contexto/tema. Nessa pesquisa, ocorreu a descoberta de que o tio da diretora, Adelaide Trigueiro, era um padre negro e que ela, no fim do século XIX, coordenou uma escola com o nome de Ateneu Bonfinense. Tal achado configura a relação igreja e educação. Das pequenas pistas foi possível saber onde ela estudou – Mosteiro de Macaúbas, Santa Luzia –, quanto tempo permaneceu lá – dos 12 aos 16 anos –, o número de matrícula e o registro como estudante de canto.

Nos jornais de época da região e no Almanak Administrativo Civil e Industrial da Província de Minas Gerais consta a vida pública dela como diretora. Nas narrativas de ex-estudantes, agora *in memoriam*, foi possível saber sobre a estrutura física do colégio e da vida cotidiana nele. O que se destaca é que ela, por intermédio do tio, conseguiu estudar e teve o reconhecimento profissional como diretora validado por alunos e as respectivas famílias. No entanto, em seu atestado de óbito registra-se que sua profissão era a de doméstica.

Na segunda pesquisa, os arquivos criminais e de jornais apontam para a dominação do corpo e a possibilidade de ter acesso à vida particular das mulheres negras na segunda metade do século XIX e têm-se pistas nesses testamentos.

No testamento do padre Francisco de Paula Pereira, primeiro pároco da Cidade de Piedade dos Gerais, que data de 1852, consta a posse de quatro escravizados das nações de Benguela, Congo e Angola. Ele tinha três filhas e um filho. Encontra-se essa informação no documento do Arquivo Público de Bonfim. Nele afirma que teve e tem por fragilidade humana os seguintes filhos/as: Francisco Antônio Pereira (25 anos), Carolina Josefa Leopoldina (17 anos), Herculina Cândida (15 anos) e Hermenegilda Catarina (13 anos).

No testamento do reverendo vigário Francisco Nogueira Penido consta que ele possuía filhos e 17 escravos.

Entre os escravos, cujas idades variavam entre 16 e 55 anos, vale destacar que oito deles haviam sido matriculados e averbados em Bonfim, ou seja, houve transferência da propriedade deles após 1872, de senhor bonfinense para o vigário. Os 10 homens eram lavradores e, entre as mulheres, três cozinheiras, duas fiadeiras, uma costureira e uma lavadeira. (TIZOCO, 2018, p. 186).

Os nomes das escravizadas do referido vigário eram Colleta, de 51 anos; Francisca, de 37 anos; Sérvula, de 19 anos; entre outras.

No testamento de Domingos Gomes Carmo constam quatro escravos cujos referidos nomes não foram encontrados.

O que nos chama atenção é a apresentação dos lugares dessas mulheres negras e o silenciamento acerca delas. Elas estão lá nos arquivos. Pertencem aos senhores e aos padres. Mas, quem são elas? Essa é a pergunta que desafia os/as pesquisadores/as à procura de um caminho possível que as tire da invisibilidade.

Elas aparecem nos documentos. Elas servem a seus patrões e religiosos. São cozinheiras, amas de leite, fiadeiras, costureiras, uma idade atribuída com suas qualidades corporais. São invisíveis. Seus nomes desfilam nos documentos como coisa, um animal irracional. São números, possuem um preço. São propriedades dos senhores.

As mulheres e os homens negros são mercadorias de troca, hipotecas, objetos para compras e vendas, empréstimos, herança de parte do ser humano, penhoras. Destacamos o negociador para não esquecer que ele foi conivente com o sistema estabelecido. O legado deixado para seus descendentes é parte de suas riquezas na exploração desses corpos, o que os configurou como bens de herança.

Para melhor compreender o estado de violência e silêncio a que as mulheres negras são submetidas, trazemos uma mostra da mercadoria humana que estava presente no mercado de escravos no período de 1842 -1888⁸. Elas são vistas numa transação comercial:

-Jerônimo José Parreiras que pertencia a Freguesia de Bonfim. Vendeu uma escrava, -Antônio Morais da Freguesia de Piedade dos Gerais comprou uma escrava em 1877 e a vendeu em 1882 na mesma Freguesia, -Antônio José Parreiras Coelho da Freguesia de Bonfim transferiu para Caetano José Baeta Neves em 1876 poderes para vender uma escrava, -o Capitão Antônio Carlos Augusto Nogueira da Freguesia de Itatiaiuçu comprou uma jovem escrava de outra Freguesia de Piedade dos Gerais, -Emílio José da Silva da Freguesia de Bonfim comprou uma escrava em transações locais, -Feliciano Gonçalves Ferreira

⁸ Esses dados foram retirados dos documentos do Arquivo Público Municipal de Bonfim-MG e da dissertação de mestrado de Ulisses Henrique Tizoco: Pessoas negociando pessoas: o mercado de escravos de Bonfim - Paraopeba (MG) e suas conexões (1842-1888). Dissertação de Mestrado, UFMG, 2018.

da freguesia de Bonfim comprou uma escrava do morador de Rio do Peixe, -João José Maria da Freguesia de Piedade dos Gerais comprou parte de uma escrava de um morador da Freguesia de Bonfim, -José Bernardes de Carvalho Junior de Itatiaiuçu comprou parte de uma escrava (aparentemente tida como herança) de um morador da Freguesia de Bonfim, -José Ignácio da Silva Malta da Freguesia de Bonfim comprou e vendeu no intervalo de cinco meses pelo mesmo valor uma escrava de um morador da Freguesia de Rio do Peixe a morador da Freguesia de Bonfim, -José Querino de Aguiar da Freguesia de Bonfim engajou uma escrava ao morador da região, -José Rodrigues Rosa da Freguesia de Piedade dos Gerais comprou uma escrava do morador da freguesia de Bonfim, -Damaso José Parreiras da Freguesia de Bonfim vendeu uma escrava a morador na Freguesia de Piedade dos Gerais, passou escritura a Francisco Baeta Neves para vender uma escrava averbada na Coletoria de Bonfim, -Joaquim Felipe dos Santos da Freguesia de São Gonçalo da Ponte hipotecou uma escrava com seu filho a morador da Freguesia de Piedade dos Gerais. Uma década depois comprou uma escrava, -Tenente Coronel Severino José de Oliveira da Freguesia de Bonfim trocou uma escrava por outra do mesmo valor com morador da mesma Freguesia. Dois dias depois vendeu a escrava adquirida na troca e mais quatro escravas a morador da região. -Dona Silvana Umbelina de Jesus do Município de Queluz comprou uma escrava, -Dona Ana Angélica de Jesus de Piedade dos Gerais comprou de seu filho uma escrava e a vendeu, -Joaquim Bernardes da Cunha nomeou um procurador e vendeu uma escrava, -Luiz José Teixeira da Freguesia de Bonfim passou a procuração para seu filho e seu genro Caetano Baeta Neves para vender uma escrava, -Major Inácio José da Silva Mata da Freguesia de Bonfim vendeu duas escravas. (Uma para um morador da mesma Freguesia e a outra em local não identificado). -Tenente Coronel João Francisco Alves Contagem da Freguesia de Bonfim comprou parte de uma escrava (herança paterna).

Nessa lista em que as mulheres negras são mercadorias, seus nomes não aparecem na transação comercial. Nos inventários, os nomes aparecem com seus referidos donos. Tizoco (2018) em sua pesquisa descreve os bens de herança e dentre eles os nomes que configuram identidade. Ele apresenta como uma amostra em sua dissertação os bens que pertencem a esses donos de escravos. “Os inventários cobrem três décadas finais da escravidão e contemplam indivíduos de ocupações, locais de residência e posições sociais variadas, garantindo-lhe alguma representatividade da sociedade Bonfinense proprietária de escravos.” (TIZOCO, 2018, p. 162).

Dos inventários, destacamos aqui os nomes daqueles que escravizaram e os nomes das escravas. Idade e ofício. É importante lembrar que elas pertenciam ao dono que as comprou e, por isso, possuíam um valor. Os nomes desfilam no anonimato. Dependendo da idade, tem-se a origem como, por exemplo, o adjetivo crioula que é feminino de crioulo, marcado como descendentes da escravidão de povos originários europeus. Parda feminino de pardo é o intermediário entre o branco e o preto, uma mistura que em termos de escravidão esteve presente na região. No primeiro recenseamento de Bonfim, em 1831, temos os seguintes dados que identificam a população:

597 pardos representando 40,36% da população; 360 pretos representando 20,84% da população; 344 crioulos, representando 29,92% da população; 319 brancos representando 18,47% da população. 7 cabras, representando o, 41% da população num total de 1.722 habitantes. Desses 1042 (60,34% principalmente brancos e pardos eram livres e 685 escravos. Todos os brancos portugueses, os pardos resultado da miscigenação de brancos com pretos; os pretos, africanos; os crioulos, filhos de africanos nascidos no Brasil, e os cabras, mestiços de pardos com pretos. (CUNHA, 2008, p. 66).

Assim, temos os proprietários dessas mulheres negras e seus nomes:

- *Alferes Silvestre Martins Nunes tinha como escravas: Bazília, crioula de 60 anos; Deolinda Crioula de um ano e seis meses; Lúcia Crioula de 30 anos natural de Bonfim;*
- *Antônio Fernandes Gomes tinha como escrava Filismina;*
- *Antônio Vaz Teixeira- Tinha como escravas: Eva Crioula comprada aos 15 anos de idade estava com 22 anos, era fiadeira de algodão, Balbina Crioula 42 anos, Custódia Crioula de 6 anos;*
- *Capitão Matheus de Souza Ameno- Possuía três escravas fiadeiras Francisca e sua filha Militina e Anna;*
- *Damazo José Parreiras- Tinha como escravas Justina de 48 anos, quatro mulheres pardas: Custódia de 11 anos, Anna de 9 anos e a Crioula Felícia de 16 anos que foi vendida no mercado de escravos, ela era fiadeira de algodão;*
- *João Antônio Ribeiro de Araújo- tinha por escrava a cabra Maria de 44 anos;*
- *João José de Salles possuía como escravas as pardas que eram fiadeiras: Balbina de 39 anos, Generoza de 18 anos;*
- *José Ferreira da Cunha Messias - Alugava a escrava Maria do Nascimento ao transmitir poderes para negociar a Francisco Baeta Neves. Ele vendeu Joanna que estava averbada na coletoria de Bonfim;*
- *Francisco José Parreiras possuía quatro mulheres que adquiriu no mercado de escravos: A crioula Luzia de 26 anos, fiadeira de algodão, Africana Maria de 46 anos fiadeira de algodão, sem referência as outras duas;*
- *Major Inácio José da Silva Malta tinha como escravas três mulheres negras – Uma fiadeira e duas cozinheiras, comprou Bárbara a Parda de 19 anos, costureira e a crioula Faustina de 13 anos, fiadeira;*
- *Manoel Antônio da Silva tinha como escravizadas as crioulas Victoria e Maria;*
- *Tenente Coronel Francisco Alves Contagem tinha como escravas: Eva de 21 anos e a parda Benedicta de dois anos que no testamento ela ficou forra com a condição*

de servir a viúva do Tenente do Coronel enquanto fosse viva. Em 1862 ele no “Mercado de Escravos” vendeu a crioula Balbina de 30 anos, fiadeira de algodão;

- *Tenente Joaquim Vilella Frasão tinha por escravas a crioula Lourença de 7 anos, Francisca de 80 anos.*

Fazer a trilha das mulheres negras é enfrentar o silêncio dos arquivos e atestar o exercício de violência no que se refere às pessoas que foram escravizadas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No tempo da escravidão, as mulheres negras desfilam como mercadorias e são objetos de comércio. São qualificadas pela função e pela idade. Os nomes de batismo raramente possuem um sobrenome. Elas têm um dono e algumas pertencem ao clero. Na região ainda não há documentos que atestem suas alforrias. Algumas foram destinadas desde o nascimento a servir a casa grande. São memórias fadadas ao esquecimento. Elas existiram. Estavam ali para servir. Elas denunciam um sistema e, ao mesmo tempo, uma hipocrisia eclesiástica conivente com a violência.

Os arquivos criminais da região do Vale do Paraopeba que se destinam à vida privada pouco dizem sobre as mulheres negras. Aliás, os arquivos criminais no século XIX pouco dizem sobre as mulheres. No campo religioso, elas estão lá, servas dos senhores, donos de seus corpos que, por “fragilidade humana”, utilizaram seus serviços sexuais.

O que se pode esperar das mulheres crianças, jovens, adultas, idosas negras? Ou melhor, de mulheres escravizadas sem direitos e sem escolhas? No século XIX têm-se o silêncio dos arquivos, mas através das pistas encontradas identificamos seus traços. Contudo, é preciso destacar que nesse período (infelizmente não só nesse) o mundo é dos homens. Elas nada mais são do que corpos explorados para o consumo, presas na lógica do capital e da visão do patriarcado.

E as mulheres negras no espaço público? Quem são elas? Como chegaram a se tornar públicas? Nessa pesquisa, até o momento, na região de Bonfim, encontramos uma mulher negra que teve a oportunidade de estudar e fundar uma escola mista crucial para a região. A profissão esteve ancorada na figura de um sacerdote negro. Tal fato demonstra sua inscrição na configuração também do patriarcado. O reconhecimento ela teve em vida. No entanto, foi sepultada como doméstica e esquecida.

Há um silêncio dos arquivos e uma ausência da memória de boa parte dos

habitantes da cidade. Sabe-se que existiu o colégio. Dos arquivos até o momento apenas um registro em ata. Conseguimos torná-la visível pelos fragmentos, pelos poucos registros nos jornais. Estamos trazendo sua história. Uma história de fragmentos.

Para dar continuidade a essas pesquisas sobre educação e religião, há a necessidade de percorrer as outras cinquenta caixas da Casa de cultura de Bonfim em que se encontram documentos inéditos. Há a necessidade de catalogação, higienização e limpeza dos documentos. Apesar do silêncio, nos fragmentos, nos vestígios encontrados, o que a história das mulheres pesquisadas tem nos mostrado é a possibilidade de saber um pouco mais sobre elas. Isso nos faz corroborar o pensamento de Michele Perrot: “No teatro da memória as mulheres são sombras tênues”.

O que sobrou delas? O que sobrou das mulheres negras até agora pesquisadas? Um nome, uma região de onde vieram, uma idade dada, um dono, um ofício. Para contar suas histórias na vida privada e pública é preciso interpretar, trazer outras narrativas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Candido Mendes de. Código Philippino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal recopiladas por mandado d’El-Rey D. Philippe I. Rio de Janeiro: Typographia do Instituto Philomathico, 1870.

BARBOSA, Nila Rodrigues. **Museus e etnicidade: o negro no pensamento museal**. Curitiba: Appris, 2018.

BRITTO, Clovis Carvalho. Apresentação. In. COLEÇÕES, MUSEUS E PATRIMÔNIOS DAS CULTURAS NEGRAS. **Revista Mosaico**, v. 9, n. 2, p. 167-170, jul./dez. 2016.167 Disponível em: <<http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/mosaico/article/view/5239/3003>> Acesso em: 07 nov 2022.

CARVALHO, Cláudia Carvalho; CRAVEIRO, Camila. A um passo da branquitude: O que dizem os corpos das mulatas brasileiras? In: **Interfaces Científicas - Humanas e Sociais**. Aracaju, p. 65 – 76, Out. 2017. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/humanas/article/view/4438/2439> < Acesso em 23 de novembro 2022.

FERREIRA, Carlos Ricardo. **Réquiem para uma cidade em Ruínas: Bonfim-MG**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2022.

GODOY, Marcelo Magalhães. **No país das minas de ouro a paisagem vertia engenhos de cana e casas de negócio: um estudo das atividades agroaçucareiras tradicionais mineiras, entre o Setecentos e o Novecentos, e do complexo mercantil da província de Minas Gerais**. 2004. Tese (Doutorado em História) - PPGHE/FFLCH/USP, São Paulo, 2004.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo Afro-latino-americano: Ensaio intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GONZALEZ, Lélia (1988). Por um feminismo afrolatinoamericano. In: Caderno de Formação Político do Círculo n. 1: **Batalha de Ideias**. Brasil, 2011. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/271077/mod_resource/content/1/Por%20um%20feminismo%20Afro-latino-americano.pdf Acesso em: 20. out. 2022.

PERROT, Michelle. Práticas da Memória Feminina. In: **Revista Brasileira de História**. v. 18, Agosto /setembro de 1989. São Paulo.

PERROT, Michelle. **Minha História das Mulheres**. São Paulo: Contexto, 2017.

SILVA, Joana Angélica de Flores. Mulheres negras e a discussão de gênero na construção das narrativas nos Museus de Salvador. **Revista Mosaico**. v. 9, n. 2, p. 178-188, jul./dez. 2016. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/mosaico/article/view/5239/3003> Acesso em: 08 nov 2022.

TIZOCO, Ulisses Henrique. **Diagnóstico do acervo cartorial do Arquivo Público Municipal de Bonfim**. Bonfim: Casa de Cultura, 2017.

TIZOCO, Ulisses Henrique. **Pessoas Negociando Pessoas: O Mercado de Escravos de Bonfim Paraopeba (MG) e suas conexões (1842-1888)** Dissertação de Mestrado, UFMG, 2018.

TULIO, Paula Regina. Vale do Paraopeba: O (des)caminho do Ouro-Minas Gerais Século XVIII. In: **Serra da Moeda-Patrimônio e História**. Org. Alenice Baeta e Henrique Piló. Belo Horizonte: Artefacto Consultoria-Orange Editorial, 2015.